

A POLÍTICA ECONÔMICA DE ERVA-MATE PARANAENSE E A GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA

PARANÁ'S YERBA MATE ECONOMY AND THE WAR OF THE TRIPLE ALLIANCE

Matheus Pelaquim Silva^a

^a Mestrando em História Social pela Universidade Estadual de Londrina
Contato principal: math.pelaquims@uel.br

Resumo

Este artigo busca analisar a relação da economia de erva-mate provincial paranaense com a questão militar da Guerra do Paraguai, que perdurou de dezembro de 1864 até março de 1870. Foram analisados relatórios provinciais paranaenses, conjunto de leis e decretos do Paraná, Atas do Conselho de Estado Pleno e os relatórios da Repartição dos Negócios da Guerra. Do ponto de vista teórico-metodológico, o trabalho desenvolveu-se a partir dos parâmetros da História dos Conceitos, proposta por Reinhart Koselleck e da História Política Renovada. A História dos Conceitos, como método especializado de crítica de fontes, preocupa-se com o uso de termos de relevância social e política, analisando expressões fundamentais de conteúdo do mesmo cunho. Neste estudo, utilizamos essa abordagem para pensar como os conceitos de Economia, Guerra e Política se interligam como práticas sociais, influenciando discussões e decisões históricas. Koselleck destaca que, desde a Revolução Francesa, os conceitos não apenas descrevem fatos, mas também apontam para o futuro, formulando privilégios políticos ainda por serem conquistados. Essa temporalidade presente nos discursos e documentos analisados é fundamental para compreender como a economia ervateira impulsionou a entrada do Paraná ativamente na Guerra do Paraguai. Assim, pretende-se alcançar um entendimento de que, dentre as motivações que levaram o Paraná a participar do conflito, a economia ervateira desempenhou um papel decisivo.

Palavras-chave: Erva-mate;Paraná;Guerra do Paraguai; História dos Conceitos.

Códigos JEL: N38; H7.

Abstract

This article aims to analyze the relationship between the provincial yerba mate economy in Paraná and the military aspects of the Paraguayan War, which lasted from December 1864 to March 1870. The study examines Paraná's provincial governors' reports, sets of laws and decrees from Paraná, minutes from the Council of State, and reports from the War Department. From a theoretical-methodological perspective, the research is based on the parameters of Conceptual History, as proposed by Reinhart Koselleck (2006) in *Futuro Passado*, and Renewed Political History. Conceptual History, as a specialized method for using sources, focuses on the use of socially and politically relevant terms, analyzing key expressions with similar content. This study applies this approach to understanding how the

concepts of Economy, War, and Politics intertwine as social practices, influencing historical discussions and decisions. Koselleck highlights that, since the French Revolution, concepts not only describe facts but also point toward the future, formulating political privileges yet to be achieved. This temporality, present in the analyzed discourses and documents, is essential to understanding how the yerba mate economy drove Paraná's active involvement in the Paraguayan War. Thus, this study aims to demonstrate that among the motivations leading Paraná to participate in the conflict, the yerba mate economy played a decisive role.

Keywords: Yerba mate; Paraná; Paraguayan War; Conceptual History.

JEL Codes: N38; H7.

INTRODUÇÃO

Este artigo, parte de uma pesquisa para um Trabalho de Conclusão de Curso, analisa a relação entre as conjunturas econômicas e militares do Paraná na Guerra do Paraguai sob a perspectiva da História Política Renovada. O objetivo é demonstrar que a economia erva-teira, por conta principalmente da concorrência do Paraná com o Paraguai, influenciou nas decisões militares dos presidentes da província e na elite política local.

O povoamento do território que viria a ser a comarca de Curitiba começou em meados do século XVII, impulsionado pela descoberta de ouro de aluvião nos rios que desembocavam na baía de Paranaguá. A exploração desse metal levou à fundação da vila de Paranaguá, um dos primeiros centros coloniais da região. Na tentativa de encontrar jazidas mais promissoras, exploradores avançaram para o interior, mas ao longo do século nenhuma mina de grande porte foi localizada. Diante disso, a ocupação dos campos de Curitiba ocorreu por meio da distribuição de sesmarias pela Coroa Portuguesa, o que estabeleceu os primeiros núcleos habitacionais, com doze dos vinte lotes concedidos ao longo do período.

Sem novas minas, os colonos desenvolveram atividades agrícolas e formaram pequenos povoados, assegurando a permanência da ocupação. Gradualmente, esses assentamentos deram origem a vilas como Curitiba, São José dos Pinhais, Bocaiúva do Sul, Serra Acima e Morretes. No entanto, a baixa rentabilidade da mineração limitou o crescimento populacional, pois a região não se tornou um grande polo de atração para novos colonos. Desse modo, embora a ocupação já pudesse ser considerada permanente, o desenvolvimento local seguiu um ritmo mais lento, baseado na agricultura e na organização das primeiras comunidades (Gregório, 2015).

Desde os primeiros habitantes da região de Paranaguá e Curitiba, já havia criação de gado destinada à alimentação local. Posteriormente, essa atividade passou a suprir também as áreas mineradoras emergentes, impulsionando o desenvolvimento econômico, enriquecendo algumas famílias e contribuindo para o crescimento populacional. Para expandir a criação de gado, começaram a ser concedidas sesmarias, o que resultou na distribuição de 142 lotes de terra ao longo do século XVIII. Esse processo intensificou a ocupação da região, que mais tarde se tornaria a quinta comarca da província de São Paulo. As terras doadas deram origem a novas povoações, e as fazendas pertencentes à elite agropecuária adquiriram um alto nível de autonomia, chegando a uma quase autossuficiência.

Antes mesmo da emancipação da Comarca de Curitiba se consolidar, várias discussões acerca deste tema foram realizadas nos mais diversos espaços de convivências, principalmente nas reuniões dos deputados paulistas. Cientes de que a emancipação da comarca era uma das principais reivindicações dos liberais curitibanos, os liberais paulistas negociaram um acordo: caso a região permanecesse neutra e não aderisse às revoltas, o Barão de Monte Alegre, recém-nomeado presidente da província de São Paulo, comprometer-se-ia a interceder junto ao ministério para transformar Curitiba em uma província. De fato, a comarca não se envolveu nos conflitos armados, e o levante de Sorocaba foi rapidamente reprimido pelas forças legalistas.

No entanto, a região permaneceu inquieta, e a possibilidade de apoio aos liberais paulistas ainda existia. O Barão de Monte Alegre cumpriu sua promessa e, em 30 de julho de 1842, enviou um ofício ao ministro do Império solicitando a elevação da comarca de Curitiba à categoria de província. Ele alertava para os riscos de ignorar as demandas locais, pois o descontentamento da

população poderia levar a região a adesão de movimentos revolucionários. Além disso, destacava a vulnerabilidade estratégica da comarca, especialmente devido à sua proximidade com a província do Rio Grande do Sul, um território instável naquele período.

Não era apenas o medo de uma rebelião que motivava José da Costa Carvalho. Em seu ofício, ele argumentava que Curitiba já possuía condições para se tornar uma província, citando sua população, arrecadação de tributos e a possibilidade de integração dos povos indígenas. Além disso, a grande distância da comarca em relação ao centro administrativo de São Paulo dificultava sua gestão. Quanto à capital da nova província, Monte Alegre defendia que Curitiba seria a melhor escolha, por estar centralmente localizada e facilitar o acesso às demais áreas da região. Esses mesmos argumentos seriam retomados pelos deputados que defenderiam a criação da província na Câmara, cerca de um ano depois (Gregório, 2015).

Após ser aprovada no Senado em 28 de agosto de 1850, a proposta de emancipação da comarca de Curitiba retornou à Câmara dos Deputados para nova rodada de debates. O projeto, originalmente apresentado por Carlos Carneiro de Campos, havia sido adiado por tempo indeterminado em 1843, e desde então, o cenário político brasileiro havia mudado significativamente. As razões exatas desse intervalo de três anos entre a aprovação no Senado e a retomada na Câmara não são totalmente claras, sendo provável que tais demoras fossem comuns nos trâmites legislativos do parlamento imperial.

A separação de São Paulo era vista como um enfraquecimento da província, resultando na criação de outra unidade administrativa sem grande solidez, enquanto regiões como Bahia, Minas Gerais e Pernambuco continuavam preservando sua influência política. Segundo a bancada paulista, essa situação ocorria devido à forte presença dessas províncias no parlamento, impedindo qualquer tentativa de desmembramento. Ribeiro de Andrade apontava que, apesar de algumas províncias possuírem território e população superiores aos de São Paulo, raramente surgiam propostas para dividi-las. Quando isso acontecia, suas bancadas, mais numerosas, rapidamente se organizavam para barrar qualquer mudança, perpetuando um impasse difícil de superar.

A emancipação do Paraná enfrentou debates acirrados e forte resistência de uma bancada parlamentar influente, apesar de não ser numericamente expressiva. O avanço do projeto só foi possível graças ao apoio dos representantes mineiros, que já haviam demonstrado sua relevância em 1843 ao adiar uma proposta favorável ao desmembramento, mesmo contando com o respaldo do governo central. A definição das províncias no Brasil Império ocorreu dentro do parlamento, seguindo a estrutura de um sistema representativo com características federativas. A criação oficial da província do Paraná, em 20 de agosto de 1853, representou uma derrota para os paulistas e a vitória de um plano alinhado aos interesses do governo central. No entanto, esse desfecho foi resultado de intensas articulações políticas e disputas dentro do legislativo até que o projeto fosse, enfim, aprovado (Gregório, 2015).

Apesar de a Guerra da Tríplice Aliança ser um fenômeno de grandes proporções, os seus aspectos mais específicos não devem ser desconsiderados: eles compõem a conjuntura do processo histórico e, por isso, merecem uma análise aprofundada para que se alcance um entendimento mais amplo do próprio conflito.

Durante a primeira metade do século XIX, a região do Prata foi palco de disputas entre facções políticas e intervenções estrangeiras. No Uruguai, a rivalidade entre blancos (latifundiários e protecionistas) e *colorados* (liberais e favoráveis ao livre comércio) foi intensificada pelo exílio de opositores do governo argentino de Juan Manuel de Rosas, que buscava expandir sua influência. No contexto argentino, a luta política opunha unitários (centralistas) e federales (autonomistas). Rosas utilizou métodos autoritários para consolidar seu poder, resultando na oposição de grupos como os unitários, apoiados pelo Brasil.

O Império brasileiro se posicionou contra Rosas para conter a expansão de Buenos Aires sobre o Prata, o que poderia comprometer seus interesses estratégicos. Inicialmente, adotou uma política cautelosa, evitando confronto direto e sustentando financeiramente Montevidéu e Urquiza, líder argentino contrário a Rosas. A aliança entre Brasil, Uruguai e Entre Ríos foi formalizada em 1851 e culminou na derrota de Rosas na Batalha de Monte Caseros, consolidando a influência brasileira na região.

A hegemonia brasileira no Prata após 1852 intensificou tensões com o Paraguai, cujo governo buscava maior controle sobre sua navegação fluvial e expansão comercial. As disputas fronteiriças e

comerciais entre Brasil e Paraguai tornaram-se cada vez mais evidentes, agravando a rivalidade entre os países. Nos anos 1860, mudanças políticas acentuaram os conflitos. No Paraguai, Francisco Solano López assumiu o poder e adotou uma postura mais intervencionista. No Uruguai, a guerra civil entre *blancos* e *colorados* envolveu diretamente Brasil e Argentina. O governo brasileiro, alinhado aos *colorados*, justificou sua intervenção sob a alegação de proteger seus cidadãos e interesses econômicos no país. A elite agrária sulista, fortemente integrada à economia uruguaia, também pressionou pela intervenção. A ocupação do Uruguai e a crescente rivalidade entre Brasil e Paraguai criaram um ambiente propício para a eclosão da Guerra do Paraguai, conflito resultante de décadas de disputas políticas, territoriais e comerciais na região platina.

Mapa 1 - República do Paraguai no início do século XIX



Fonte: Acervo Digital Biblioteca Nacional

Solano López estava ciente da dificuldade que o Império enfrentaria para reagir a um ataque à província de Mato Grosso, devido ao isolamento evidente da região em relação à proteção imperial. Dessa forma, suas expectativas eram de obter êxito na investida sem grandes obstáculos. Esse planejamento foi favorecido pelo levantamento de informações realizado pelo Paraguai anos antes do conflito. Em 1862, por exemplo, uma patrulha de cavalarianos percorreu o distrito de Miranda, e em 1863, um oficial da Marinha paraguaia visitou Corumbá e outros pontos estratégicos da região. Além disso, em 1864, o governo paraguaio recebeu informações militares de um deserto brasileiro do Forte Coimbra (Doratioto, 2002). Esses fatos evidenciam que a guerra já fazia parte dos interesses de Solano López, além de demonstrar a eficácia do Paraguai na coleta de informações para garantir maior segurança na invasão.

Em dezembro daquele ano, partiram de Assunção e Concepción duas incursões militares para invadir Mato Grosso. A primeira, de caráter marítimo, envolvia cerca de 4.200 soldados e tinha como principal objetivo capturar o Forte Coimbra, enquanto a segunda, terrestre, contava com aproximadamente 3.500 soldados. A província era defendida por apenas 875 combatentes, número significativamente inferior aos 3.000 que deveriam estar disponíveis, segundo estimativas. Essa discrepância contribuiu para uma sólida vitória paraguaia, essencial para a estratégia logística de Solano López, pois a ocupação de Mato Grosso permitia que ele voltasse suas atenções para o Rio da

Prata (Doratioto, 2002).

Mapa 2 - Província de Mato Grosso no século XIX



Fonte: Acervo Digital Biblioteca Nacional

Para responder à ofensiva, o Império mobilizou rapidamente seus contingentes militares. O Brasil possuía um exército de aproximadamente 18 mil homens, enquanto o Paraguai contava com cerca de 70 mil soldados. Como forma de aumentar o número de combatentes, o governo imperial recorreu à mobilização da Guarda Nacional e incentivou a participação popular através da criação dos Voluntários da Pátria. Em 7 de janeiro de 1865, a Lei nº 3.371 foi decretada, oferecendo vantagens aos homens que se alistassem voluntariamente, incluindo baixa do serviço ao final do conflito e pensões para as famílias de combatentes falecidos (Ferrer, 2004). Nos primeiros momentos, essa estratégia teve resultados positivos, superando as expectativas de recrutamento.

O conflito, no entanto, se prolongou além do esperado. Após a ocupação de Mato Grosso, as tropas paraguaias iniciaram uma nova ofensiva, com o objetivo de alcançar o Uruguai através do território argentino. Em 1865, Solano López solicitou permissão para atravessar Misiones, mas o pedido foi negado pelo governo argentino, que se declarava neutro. Como consequência, López decidiu invadir o território argentino, o que resultou na entrada formal da Argentina na guerra. A ocupação de Corrientes foi o estopim para a formação da Tríplice Aliança entre Brasil, Argentina e Uruguai (Izecksohn, 2017). Apesar da aliança, houve resistência por parte da população argentina, que não via a guerra como um problema nacional, mas sim como um conflito entre Paraguai e Brasil. Ainda assim, os argentinos se dirigiram ao campo de batalha.

O Tratado da Tríplice Aliança, firmado em 1º de maio de 1865, representou um esforço diplomático significativo e possibilitou o deslocamento de tropas brasileiras para o território argentino, além de garantir à Marinha Imperial liberdade de navegação nos rios Paraná e Paraguai. Como contrapartida, o General Mitre foi designado comandante das forças aliadas, o que gerou descontentamento entre militares brasileiros, que passaram a lutar sob o comando de um estrangeiro, e entre argentinos, que viam a presença do Brasil como uma ocupação de seu território (Izecksohn, 2017). O governo argentino esperava uma guerra rápida, com a tomada de Assunção em poucos meses, mas essa previsão se mostrou equivocada.

Para Solano López, a aliança representava um golpe estratégico que o forçava a reconsiderar suas opções. Ele poderia retirar suas tropas para o território paraguaio e negociar um acordo de paz

em desvantagem ou transformar sua posição defensiva em uma ofensiva contra os aliados, buscando um impacto psicológico que favorecesse o Paraguai nas negociações (Doratioto, 2002).

Nesse contexto, ocorreu a Batalha do Riachuelo, um dos eventos decisivos do conflito. A batalha se deu ao longo de um trecho sinuoso do rio Paraná, próximo à desembocadura do riacho do Riachuelo, em uma área de difícil navegação. Os paraguaios haviam posicionado 30 canhões em um terreno elevado na margem esquerda, enquanto 3 mil soldados aguardavam em Rincón de Lagrana para o combate. A frota brasileira enfrentou dificuldades ao avançar, sendo atacada por baterias terrestres e navios inimigos. Durante o confronto, algumas embarcações brasileiras sofreram avarias e encalharam, mas conseguiram reagir, impedindo abordagens paraguaias e mantendo-se no combate.

O triunfo permitiu ao Brasil e seus aliados da Tríplice Aliança assegurarem o bloqueio da navegação paraguaia, cortando o suporte logístico essencial para suas tropas. Com o domínio sobre os rios da Bacia do Prata, as forças brasileiras garantiram a supremacia no transporte de suprimentos e soldados, consolidando uma vantagem estratégica determinante para o avanço das operações militares e aproximando-se da vitória final no conflito.

As forças paraguaias continuavam sua tentativa de invadir o Rio Grande do Sul, mesmo com a concretização da Tríplice Aliança. A ofensiva já era esperada pelos militares brasileiros, mas a província estava tão desguarnecida quanto Mato Grosso. Em junho de 1865, tropas paraguaias partiram da Argentina e atacaram São Borja, onde os brasileiros, em menor número, foram forçados a recuar. O General Estigarribia, contrariando ordens diretas de López, permitiu saques e abusos contra a população local, o que gerou grande insatisfação (Doratioto, 2004).

Após a retomada de Uruguaiana, a ofensiva passou para os aliados, que avançaram sobre Itapua e Corrientes. No entanto, dificuldades logísticas e falta de coordenação impediram um avanço rápido. Em abril de 1866, sob comando de Osório e com apoio da esquadra imperial, o grupo invadiu o Paraguai, vencendo em Passo da Pátria. O objetivo era tomar Humaitá e, depois, Assunção.

Problemas como falhas logísticas, desconhecimento do terreno e subestimação dos paraguaios enfraqueceram os aliados. Em Tuiuti, enfrentaram um ataque surpresa em Bellaco, que revelou a estratégia paraguaia de ofensivas rápidas. Em maio, Solano López reuniu 23 mil homens para atacar os 35 mil aliados. Apesar da superioridade da cavalaria paraguaia, a artilharia inimiga garantiu a vitória. Os paraguaios perderam mais da metade de suas tropas, enquanto as baixas aliadas não passaram de 4 mil. Porém, a falta de perseguição ao inimigo impediu um avanço imediato sobre Humaitá.

Os paraguaios continuaram ataques intensos, causando grandes perdas aos seus inimigos. Em setembro de 1866, Solano López tentou negociar paz com Mitre, mas sem sucesso. A ofensiva aliada contra Curupaiti fracassou devido à forte defesa paraguaia e erros estratégicos, gerando a maior derrota brasileira e argentina na guerra. Esse revés aumentou a desconfiança entre os aliados, levando à nomeação de Duque de Caxias como comandante.

Caxias reorganizou o exército, reforçando defesas, melhorando logística e combatendo epidemias, que haviam causado milhares de mortes. No entanto, problemas como a retirada argentina, a cólera e a necessidade de treinar novos soldados atrasaram o avanço. Só após essa reorganização, os aliados retomaram a ofensiva para ultrapassar Humaitá e encerrar a guerra.

Com o início dessa nova fase do conflito, o projeto militar de Caxias tinha como principal objetivo cercar Humaitá, isolando completamente a fortaleza de qualquer comunicação ou apoio vindo de Assunção ou de outras tropas paraguaias. O cerco teve início em novembro de 1867, e em resposta, López tentou deter esse avanço com um ataque ao acampamento aliado. Esse conflito ficou conhecido como "Segundo Tuiuti", no qual cerca de 8.000 soldados paraguaios, após horas de confronto, conseguiram capturar prisioneiros entre as forças aliadas. Entretanto, esse ataque custou a vida de aproximadamente 2.500 soldados paraguaios, reduzindo significativamente a guarnição de Humaitá e facilitando sua posterior queda.

Humaitá era o principal bastião militar paraguaio, tornando-se o segundo maior centro populacional do país, com mais de 30 mil habitantes no início da campanha. No entanto, diferentemente de uma cidade convencional, sua estrutura era majoritariamente militar, com poucos edifícios civis. A maior parte das tropas estava distribuída em quartéis atrás das linhas defensivas costeiras e terrestres (Nakayama, 2018).

O local foi finalmente ocupado em julho de 1868, após ordem de evacuação de López. Em obediência ao Tratado da Tríplice Aliança, Caxias ordenou a destruição das fortificações, trabalho

realizado em quinze dias por um batalhão de Voluntários da Pátria (Doratioto, 2002, p.330). A fortaleza então tornou-se a base aliada para a próxima fase da guerra: a conquista de Assunção.

No entanto, Caxias começou a questionar a continuidade da guerra, percebendo sua impopularidade crescente no Brasil. Ainda assim, devido às cláusulas do Tratado da Tríplice Aliança, os combates prosseguiram, com destaque para a "Dezembrada", que incluiu batalhas como Itororó, Avaí, Lomas Valentinas e Angostura. A atuação da Guarda Nacional foi essencial nesse período. A Batalha de Avaí, por exemplo, foi retratada por Pedro Américo em 1877 e destacou-se pela resistência feroz das tropas paraguaias, incluindo crianças e adolescentes (Freitas, 2024).

Em janeiro de 1869, após essas batalhas violentas e com elevado número de baixas, Caxias e as forças aliadas chegaram a Assunção, ocupando-a entre os dias 1º e 5 de janeiro. No entanto, insatisfeito com o prolongamento da guerra, Caxias declarou encerrada sua participação no conflito e retirou-se (Vas, 2011). A guerra, contudo, ainda não estava finalizada, pois o objetivo imperial era a eliminação de Solano López.

A chegada do Conde d'Eu ao Paraguai em abril de 1869 marcou uma nova etapa do conflito. Ele liderou as forças brasileiras nas últimas grandes batalhas, como Peribebuí e Campo Grande (Acosta Ñu), e teve papel decisivo na perseguição e morte de Solano López. A historiografia o retrata como líder eficiente, porém impiedoso, especialmente pelo incêndio de Peribebuí.

Após as derrotas em Peribebuí e Campo Grande, López fugiu para Caraguataí, onde declarou a vila como a quarta capital da República. Entretanto, as forças aliadas avançaram em três colunas, cercando os paraguaios e forçando a fuga de López, que foi assassinado em 1º de março de 1870, encerrando definitivamente a guerra (Doratioto, 2009).

O Paraguai sofreu as consequências mais devastadoras do conflito, com uma drástica redução populacional e perda territorial. Estima-se que cerca de 150 mil paraguaios tenham morrido durante a guerra. O país permaneceu sob ocupação brasileira até 1876, período em que o Império garantiu sua influência sobre o Paraguai e definiu fronteiras favoráveis aos seus interesses (Doratioto, 2004, p.23).

No Brasil, o principal impacto foi o fortalecimento político do Exército, que passou a ter maior influência nos rumos do país. As queixas dos militares sobre salários baixos e falta de equipamentos, somadas às ideias positivistas disseminadas nas academias militares, foram fatores determinantes para a Proclamação da República em 1889. A participação de soldados negros também acelerou o fim da escravidão, pois o Exército começou a recusar-se a perseguir escravos fugidos, culminando na Abolição em 1888 (Menezes, 1998).

1. PROBLEMÁTICA E METODOLOGIA

Uma das questões mais marcantes do conflito foi a intensa mobilização ocorrida no Império brasileiro. Embora os decretos de convocação fossem abundantes e válidos para inúmeras regiões, cada província possuía uma dinâmica própria. No caso paranaense, a situação da milícia cidadã foi particular.

Os decretos de 1850 e 1857, que tornavam obrigatório o envio de soldados desse segmento, não abrangiam o Paraná. No entanto, a elite política local se mobilizou para organizar tropas da Guarda Nacional e buscou garantir que a província fosse incluída quando um novo decreto fosse promulgado. Isso se consolidou em janeiro de 1865, com a proclamação do decreto nº 3.383, que finalmente citava o Paraná.

Iremos recorrer à metodologia presente na obra organizada por Koselleck (2006) *Futuro Passado*, mais especificamente o capítulo que trata da História dos Conceitos. Segundo o autor, esse é um método especializado da crítica de fontes que se preocupa com o uso de termos de relevância do ponto de vista social e político e que analisa expressões fundamentais de conteúdo do mesmo cunho (Koselleck, 2006).

A questão aqui é que utilizaremos a crítica proposta pelo autor para pensar o uso de conceitos que influenciam na discussão social e política presente nesta pesquisa. Além do mais:

Desde a Revolução Francesa, essa batalha se intensificou e sua estrutura se modificou: os conceitos não servem mais para apreender os fatos de tal ou tal maneira, eles apontam para o futuro. Privilégios políticos ainda por serem conquistados foram formulados primeiro na linguagem, justamente para que pudessem ser conquistados e para que fosse possível denominá-los (Koselleck, 2006, p.102).

Para o historiador alemão, a História Conceitual e a Teoria da História estão intimamente conectadas, integrando-se ao esforço interpretativo dos sujeitos históricos em atribuir significado à sua existência. Os indivíduos dependem dos conceitos para compreender e interagir com a realidade, e, por meio das experiências acumuladas e das mudanças vividas, realizam ações que se projetam no tempo e no espaço, desempenhando um papel essencial em sua autocompreensão (Bentivoglio, 2010).

Ao entender a relevância do trabalho de Koselleck e o impacto significativo de suas contribuições no campo historiográfico, torna-se possível afirmar que a História dos Conceitos, por definição, representa uma abordagem que busca não apenas compreender a evolução das ideias e conceitos ao longo do tempo, mas também explorar suas relações intrínsecas com os contextos históricos, sociais e culturais nos quais estão inseridos. Assim, podemos dizer que:

Portanto, a história dos conceitos é, em primeiro lugar, um método especializado da crítica de fontes que atenta para o emprego de termos relevantes do ponto de vista social e político e que analisa com particular empenho expressões fundamentais de conteúdo social ou político (Koselleck, 2006, p.103).

O que é denominado como “termos relevantes” pelo autor em seu texto, nada mais é do que os conceitos, e estes têm um grande impacto na sociedade. O desafio central da história conceitual é compreender como os conceitos podem contradizer seus próprios pressupostos e como ocorrem as transformações em seus significados ao longo do tempo. Nesse sentido, os conceitos não são estáticos ou imutáveis, mas devem ser analisados como elementos influenciados pela temporalidade e pela linguagem (Bentivoglio, 2010).

De acordo com o autor, é possível mensurar a importância dada por ele aos conceitos quando ele afirma que sem ideias compartilhadas, nenhuma comunidade pode existir, e, acima de tudo, torna-se impossível alcançar uma coesão na atuação política, ou seja:

Sem conceitos comuns não pode haver uma sociedade e, sobretudo, não pode haver unidade de ação política. Por outro lado, os conceitos fundamentaram-se em sistemas políticos sociais que são, de longe, mais complexos do que faz supor sua compreensão como comunidades linguísticas organizadas sob determinados conceitos-chave (Koselleck, 2006, p.98).

O impacto dos conceitos ao longo da história da sociedade torna-se assim evidente, tanto pelo fato de eles serem essenciais para a fundamentação de qualquer sociedade, quanto por aquilo em que eles mesmos se fundamentaram, o que os torna ainda mais essenciais para uma análise e compreensão dos contextos sociais.

Conceitos existem na própria história (ou seja, expressos nas fontes históricas examinadas pelo historiador), e também na História (historiografia) que vai sendo construída pelo historiador à medida que ele entretece suas reflexões sobre a "história vivida" que lhe chega através dos vestígios do Passado (Assunção, 2015, p.43).

Essa abordagem evidencia como o historiador não apenas interpreta o passado a partir dos vestígios históricos, mas também constróiativamente a historiografia ao articular suas reflexões. Essa perspectiva sublinha o caráter dinâmico da historiografia, na qual o diálogo entre história vivida e história escrita amplia a compreensão dos eventos e reforça a complexidade do trabalho historiográfico:

Dessa maneira, seria possível, ao historiador considerar dois níveis de conceitos - dois planos através dos quais ele se movimenta em sua prática historiográfica: o plano das suas próprias reflexões e construções historiográficas, e o plano histórico que está sendo examinado (Assunção, 2015, p.43).

A relevância dos conceitos e de sua profunda análise fica evidente quando consideramos o momento em que passaram a ser utilizados com rigor suficiente para servir como indicadores de transformações políticas e sociais, tal como ocorre no presente (Koselleck, 2006).

O ponto fundamental dessa discussão é sempre entender a polissemia dos conceitos. Essa é a peça-chave para se analisar o conteúdo das fontes documentais neste trabalho. Existe uma diferença fundamental entre uma pura palavra e um conceito, e ela se dá justamente por esse ponto:

O sentido de uma palavra pode ser determinado pelo seu uso. Um conceito, ao contrário, para poder ser um conceito, deve manter-se polissêmico. Embora o conceito também esteja associado à palavra, ele é mais do que uma palavra: uma palavra se torna um conceito se a totalidade das circunstâncias político-sociais e empíricas, nas quais e para as quais essa palavra é usada, se agrava a ela (Koselleck, 2006, p.109).

As circunstâncias da aplicação de um conceito, ou o seu contexto, também influenciam sua utilização e consequente análise. O intuito é perceber se é possível delimitar a intenção do discurso presente nos documentos. A partir da análise dos conceitos e de seu contexto, obtém-se um entendimento mais amplo dos interesses daqueles que redigiram tais fontes. Isso é possível pois o método da História dos Conceitos se baseia em:

Nossa investigação se limita aos conceitos empregados especificamente naquela oração, mas nos proporciona um auxílio especialmente eficaz para que possamos compreender como propor e responder questões pertinentes à história social (Koselleck, 2006, p.100).

Essa proposta consiste em realizar a leitura do conteúdo apresentado nos documentos provinciais, com o objetivo de identificar os conceitos principais presentes nas frases, como “política”, “economia”, “guerra”, “partido”, entre outros: “Um conceito relaciona-se sempre àquilo que se quer compreender, sendo, portanto, a relação entre o conceito e o conteúdo a ser compreendido, ou tomado inteligível, uma relação necessariamente tensa” (Koselleck, 1992, p.3). A análise busca compreender tanto o contexto em que esses conceitos estão inseridos quanto a função que desempenham nesse tipo de documento.

Assim, o ponto da temporalidade presente nos discursos presidenciais, a articulação conceitual e o contexto em que esses mesmos conceitos se inserem são fundamentais para a compreensão de tais documentos.

Para pensarmos os parâmetros teóricos do trabalho iremos usar a obra de René Rémond (2003) *Por uma história política*, livro no qual a própria noção de político vai se alargar abarcando inúmeras esferas:

A história como realidade, tomada no sentido da sequência dos acontecimentos, teve seu papel nessa volta às boas graças do político: a experiência das guerras, cujo desencadeamento não pode ser explicado apenas pela referência aos dados da economia, a pressão cada vez mais perceptível das relações internacionais na vida interna dos Estados lembraram que a política tinha incidência sobre o destino dos povos e as de que o político tinha uma consistência própria e dispunha mesmo de uma certa autonomia em relação aos outros componentes da realidade social... Outra coisa atuou no mesmo sentido para reintegrar os fatos políticos ao campo de observação da história: a ampliação do domínio da ação política com o aumento das atribuições do Estado (Rémond, 2003, p.23).

Vamos buscar uma interligação entre os conceitos de Economia, Política e Guerra para pensarmos a entrada da província do Paraná na Guerra do Paraguai. Como cita o autor, “O político não constituiu um setor separado: é uma modalidade da prática social” (Rémond, 2003, p.35). Ou seja, partiremos do ponto em que tanto a Guerra quanto a Economia são práticas sociais e são influenciadas pela Política.

2. A ECONOMIA ERVATEIRA E A POLÍTICA NO PARANÁ

A *Ilex paraguariensis*, conhecida como erva-mate, é nativa da Mata Atlântica e ocorre no sul do Brasil, norte da Argentina, Paraguai e Uruguai. Sua árvore pode ultrapassar oito metros, com caule curto, folhas ovais e pequenos frutos verde-arroxeados. Os indígenas Guaranis e Quíñcha foram os primeiros a consumir a erva em infusões, hábito que já existia antes da chegada dos colonizadores espanhóis. O termo "mate" vem do quíchua *matty*, nome do recipiente usado para beber a infusão. Hoje, a erva-mate é consumida como chimarrão (com água quente) e tererê (com água fria ou limonada), sendo popular no Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e algumas regiões do Chile e Peru. Além do consumo tradicional, é apreciada por suas propriedades estimulantes e digestivas,

sendo encontrada também em chás quentes e gelados (Junior, *et al*, 2017).

A tradição do consumo de erva-mate no Brasil remonta ao período colonial, mas seu destaque econômico, tanto no Império brasileiro quanto na província do Paraná, consolidou-se apenas a partir do século XIX. Antes disso, os mercados platinos recebiam a planta do Paraguai, que já possuía uma tradição mais firmada com a erva, desde o século XVI (Filho, 1996).

Por ser um produto que despertava interesse nos cronistas e viajantes, a exemplo de Manuel Aires de Casal (1817), que sobre a produção e consumo da erva-mate afirmou:

O vegetal do mate é um arbusto grande com folha semelhante à da laranjeira, e gosto de malva; esta é a que se aproveita. Dizem que a melhor é a da Serra Maracaju. Não se espera que as folhas caiam: depois de colhidas são torradas por alguns dos métodos aprovados, comumente sobre couros entre duas fogueiras. Toma-se quase como chá; e por certo que tem utilidades. O uso desta bebida dominava de tempos imemoráveis entre os indígenas da parte setentrional desta província; foram eles os que o introduziram entre os primeiros habitantes de Assunção (Casal, 1817, p.80).

Nota-se a variedade nas formas de colheita e utilização para o consumo desta planta. É importante pontuar que foram os povos originários que geraram as primeiras evidências de consumo da erva-mate, especialmente na região do atual Paraguai. Além disso, nesse espaço, por mais que muitos imigrantes realizassem técnicas eficazes para o cultivo, muitas delas já eram manejadas pelos povos originários:

A partir do final do século XIX a sustentação econômica da colônia dependeu, em boa medida, do êxito do cultivo da Ilex, cujas técnicas de germinação e plantio foram desenvolvidas pelo imigrante Federico Neumann. Estas técnicas, para quebrar a dormência da semente, produzir mudas e iniciar cultivos expostos ao sol, eram conhecidas das populações indígenas no período das missões jesuítas (Gerhardt, 2013, p.217).

O fato é que a maioria das regiões onde o cultivo da erva-mate se desenvolveu de maneira forte e significativa, que eram anteriormente habitadas por caboclos ou indígenas, passou por um processo de troca de conhecimentos com esses grupos. Essa convivência permitiu que os imigrantes aprendessem técnicas essenciais para a adaptação ao ambiente, incluindo o reconhecimento de plantas, a obtenção de alimentos e o manejo da erva-mate, desde a extração até o preparo.

No Paraná, o setor ervateiro deu seus primeiros passos ainda no século XVII, período no qual a produção era voltada para o consumo interno. Tanto os ervais quanto os engenhos de produção encontravam-se na região de Curitiba. O processo de produção era bem rudimentar quando comparado a outras técnicas que havia na América Latina: a erva cancheadas era preparada pelo processo manual, com os produtores utilizando o soque em pilões. Por fim, eles tinham a função de acomodar e transportar o produto resultante de seus esforços. Outro ponto que caracterizava essa fase da produção mateira paranaense era a presença predominante da mão de obra escrava e indígena.

Do século XVI até o início do XIX, a exportação do Paraná estava limitada às lógicas ainda coloniais, e sua produção normalmente se direcionava aos portos do Rio de Janeiro. A mudança desse cenário veio com algumas transformações. A primeira que podemos citar é que o Paraná se beneficiou da participação de Alzagaray e Manuel Miró, que se alocaram nas regiões de Paranaguá e Morretes a partir da década de 20 do século XIX:

As técnicas de beneficiamento, fabricação e acondicionamento introduzidas por Alzagaray, fundamentadas nas práticas ervateiras platinas e paraguaias, seriam de capital importância para o aproveitamento industrial do mate paranaense, e, sobretudo para sua colocação nos mercados externos (Balhana, 1969, p.135).

Juntamente com essas mudanças, é fundamental citar o uso de surrões¹ para embalar a erva-mate e facilitar o transporte, possibilitando o comércio ervateiro e podendo concorrer com a erva de

¹ Surrões eram sacos ou embalagens feitas de couro ou tecido grosso, utilizados para armazenar e transportar produtos como a erva-mate. Eles eram fundamentais para o comércio ervateiro, pois permitiam o acondicionamento eficiente da erva, facilitando seu transporte em longas distâncias e garantindo maior durabilidade do produto. A adoção dos surrões foi uma inovação importante no processo de comercialização da erva-mate, permitindo que a produção paranaense competisse com a de outras regiões.

outras regiões. Paralelamente a essas ações, houve uma mecanização, ainda que simples, do trabalho, ou seja, uma pequena industrialização a partir da instauração de engenhos:

Movidos inicialmente por rodas d'água, os engenhos atuavam como moinhos, refinando a erva-mate inicialmente preparada nos ervais. Neles era empregada mão de obra escrava e também livre e assalariada (Percio, 2017, p.94).

Questões internas do próprio Paraguai também influenciaram essa presença paranaense na disputa pelo mercado platino. As ações e decisões políticas de José Gaspar de Francia, governante do Paraguai de 1814 a 1840, implantaram políticas nacionalistas e restritivas à exportação de erva-mate paraguaio. O líder político desejava que os produtos de seu país circulassem somente no mercado interno. Assim, as portas para a exportação da erva brasileira, e consequentemente do paranaense, se abriram.

Para pensarmos melhor essa dimensão, trago dados sobre a média de produção do Paraguai: “Durante el Gobierno francista las exportaciones cayeron en picada. Entre 1.800 (era colonial) y 1.839 (era independiente) la exportación de yerba cae de 2.739 a 113 toneladas” (Coronel, 2012 p.183)². Aqui vemos o peso das ações de Francia em relação à exportação, ou seja, foi nesse processo que a erva paranaense conquistou espaço no mercado internacional. A título de comparação, o quadro a seguir demonstra, em toneladas, os números da exportação brasileira da erva-mate nessa mesma temporalidade explicitada no trecho anterior.

Quadro 1 - Exportação brasileira de erva-mate de 1831-1839/40.

Anos	Quantidade exportada em toneladas
1831	1347
1832	1478
1833	1658
1833/34	1805
1834/35	1207
1835/36	2345
1836/37	2139
1837/38	2566
1838/39	2321
1839/40	2547

Fonte: IBGE. 2007

Vemos que foram exportadas 1.347 toneladas em 1831 e mantém-se uma média de quase 1.500 toneladas anuais. Este quadro, porém, apresenta um salto significativo em 1835/36, quando o país ultrapassou a margem de 2.000 toneladas de erva exportada, tendência que se manteve ao longo da década. Assim, a importância do Brasil no mercado platino tendeu a crescer. A partir dessa situação, o Paraná foi ganhando força na exportação da erva-mate, enviando seu produto para lugares como Uruguai, Argentina e outras províncias do próprio Império brasileiro.

É necessário levantar aqui também o peso político de toda a relação da produção e exportação de erva-mate para o Paraná. Ressalto mais uma vez que, no período citado, o Paraná como província ainda não existia. Mesmo assim, a consciência política dos paranaenses já estava aflorada, e a produção mateira influenciou esse sentimento, como aponta Oliveira (1974, p.5): “As condições econômicas do Paraná em função da erva-mate já haviam conscientizado a classe política quanto à sua importância no mercado exterior, e sua valorização quanto à qualidade.”

Essa situação se altera de forma significativa a partir da morte de Francia e com a sucessão que coloca Carlos Antonio López no comando do Paraguai, primeiramente como cônsul, em 1841, e a partir de 1844 como presidente, ficando no cargo até 1862. Com o novo governo, o Paraguai e

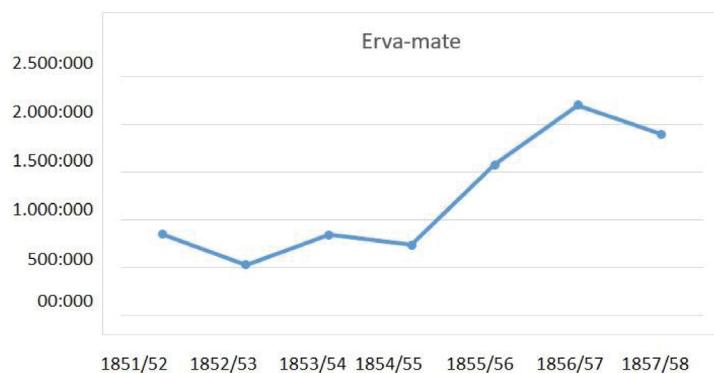
² Tradução livre: Durante o Governo francista, as exportações caíram consideravelmente. Entre 1800 (período colonial) e 1839 (período independente) a exportação da erva cai de 2.739 a 113 toneladas.

sua erva-mate voltam a se estabelecer no mercado do Prata, em detrimento da erva paranaense, que ainda era considerada de qualidade inferior.

Até esse momento, foi possível observar como a questão da erva-mate tem um peso que extrapola os limites meramente paranaenses. Desde o princípio, a tradição da exportação mateira da quinta comarca esteve ligada às decisões de vários países, com foco no Paraguai. A forma como essa dinâmica movimentou as questões sociais e políticas locais permite, portanto, compreender a luta pela emancipação da província e a opção das elites em participar da Guerra com o Paraguai. Desse modo, podemos afirmar que a dimensão econômica da situação foi fundamental para as mudanças políticas que ocorreram na região.

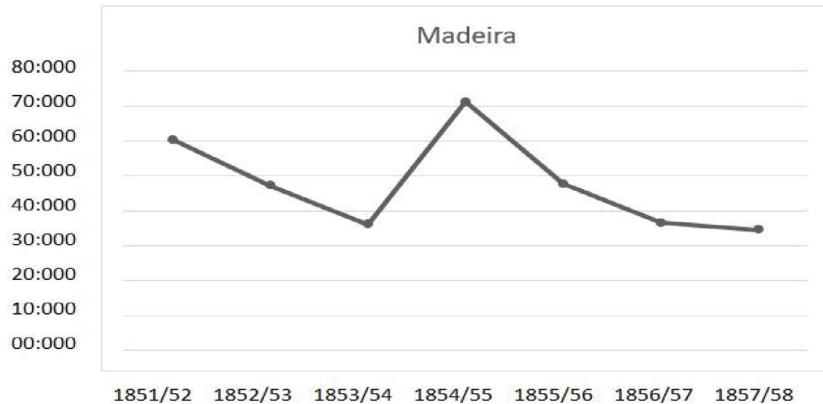
Já na década de 50 do século XIX, mais especificamente nos anos pré-emancipação paranaense, o porto de Paranaguá era, mais do que nunca, um expoente da exportação do mate. Isso fazia com que a 5^a Comarca representasse por volta de 13% da exportação mateira de toda a província de São Paulo (Balhana, 1969). A seguir, apresentamos uma tabela com o valor, em contos de réis, da exportação da erva-mate e da madeira. Comparamos esses dois artigos por serem as duas maiores exportações paranaenses da época.

Gráfico 1 - Exportação paranaense de erva-mate.



Fonte: BALHANA, Altiva. História do Paraná. Curitiba. Paraná Cultural. 1969.
Fonte: FILHO, Francisco Magalhães. Evolução histórica da economia paranaense.

Gráfico 2 - Exportação paranaense de madeira.



Fonte: BALHANA, Altiva. História do Paraná. Curitiba. Paraná Cultural. 1969.
Fonte: FILHO, Francisco Magalhães. Evolução histórica da economia paranaense.

Os anos apresentados nos gráficos anteriores se referem aos últimos momentos do Paraná como 5^a Comarca e aos primeiros anos pós-emancipação. Percebe-se como a erva-mate se destaca em relação à madeira e, após a consolidação da emancipação paranaense, sua exportação e seus ganhos só aumentam.

A ideia da emancipação emergiu mais ativamente no início do século XIX. A partir daí, sucederam-se algumas tentativas para efetivar essa separação, impulsionadas por relatos de insatisfação dos paranaenses com o Governo Provincial paulista que marcam esse período:

Desde que, a partir de 1811, os moradores da 5^a comarca da Capitania, depois província de São Paulo, passaram a reclamar governo próprio, sempre o fizeram entre outras razões, alegando que a

agricultura e o comércio paranaense não tinham maior progresso em virtude da pouca atenção que o Governo da Capitania ou Governo Provincial dispensavam aos negócios da Comarca, indiferentes aos seus problemas e às representações de seus habitantes (Balhana, 1969, p.133).

Percebe-se que o principal problema era um sentimento de descaso em relação às principais atividades econômicas da 5^a Comarca, mas outras questões também eram motivo de reclamação dos residentes, como a falta de desenvolvimento educacional, a má segurança, a falha na aplicação da justiça e a alta quantia de impostos cobrados pelo governo central paulista (Amâncio; Ipólito; Priori; Pomari, 2012). Porém, uma questão econômica torna-se fundamental para essa discussão:

Na primeira metade do século XIX, a 5^a Comarca de São Paulo sofreu importantes mudanças econômicas: a produção do mate e da madeira despontou no mercado do Prata e no Chile, ultrapassando a importância econômica do comércio de gado que havia entrado em decadência. Essa intensa atividade econômica aumentava, entre a elite paranaense, o desejo pela separação de São Paulo (Amâncio; Ipólito; Priori; Pomari, 2012, p.18).

Nota-se então que a conjuntura política paranaense e os interesses de seus representantes estão totalmente interligados com a questão econômica; A emancipação permitiu a dinamização das atividades econômicas da jovem Província:

Os engenhos de erva-mate se localizavam principalmente no litoral da Província, nas cidades de Paranaguá, Antonina e Morretes, e havia alguns poucos funcionando na capital, Curitiba. A economia do mate gerou grandes fortunas para a província e criou vários Barões do Mate, a exemplo dos grandes cafeicultores das fazendas do oeste paulista e do Vale do Paraíba. As folhas para a produção de erva-mate e o seu beneficiamento provinham do próprio engenho e o maior mercado consumidor do mate paranaense eram as repúblicas do Prata (Brito, 2011, p.28).

Diferentemente da situação anterior, quando o Paraná era uma Comarca e a produção erva-teira se concentrava na capital, o polo produtivo foi transferido para o litoral, mesmo com a permanência de alguns engenhos de destaque em Curitiba. O mapa a seguir representa as delimitações do Paraná no século XIX e destaca cidades que se tornariam referência na produção de erva-mate, como Paranaguá e a própria capital, Curitiba.

Mapa 3 - Província do Paraná, 1865



Fonte: BRITO, Edilson Pereira. Os soldados da Guarda Nacional na Província do Paraná: trabalho, recrutamento e cidadania, 1853-1889-2019

O período anterior à emancipação a predominância nas relações de trabalho era baseado na

mão de obra africana escravizada e nos povos originários, porém com a crescente a modernização da produção mateira, isso se alterou:

O tropeirismo, pelo seu caráter comercial, já havia rompido com a uniformidade dos proprietários de terra, diferenciando-os do restante do império, mas ele ainda se assentava na escravidão. O mesmo ocorreu com a economia erva-teira em suas primeiras fases. Mas com o tempo, o mate começou a exigir um processamento semi-industrial e, consequentemente, um reaparelhamento das forças produtivas que o transformariam em uma atividade verdadeiramente industrial, distanciando-o do escravagismo. Mudança essa que não se deu bruscamente, mas que foi se aprofundando conforme as exigências do sistema econômico da região, ou seja, os engenhos ajustaram-se às condições da sociedade capitalista em que estavam envolvidos a produção e a comercialização do mate (Vanali, 2010, p.16).

As transformações explicitadas anteriormente exigiram um novo processamento no setor da erva-mate, o que fez com que, gradativamente, o escravismo fosse substituído. Além da alteração da mão de obra empregada nesse serviço, uma consequência fundamental desse processo foi a emergência de uma burguesia comercial e exportadora:

A burguesia é a classe portadora do poder econômico por deter o controle dos meios de produção, mas sua caracterização não se reduz apenas à situação econômica, há também os aspectos políticos e ideológicos, ou seja, a existência econômica dessa fração se reflete em outros níveis (políticos e ideológicos) da formação social paranaense de uma maneira específica que revela a sua existência (Valani, 2010, p.16).

Vemos então que essa burguesia que se formou acabava, necessariamente, tendo que atribuir a suas ações um cunho ideológico político, justamente para defender os seus interesses, ou seja, as discussões econômicas precisavam de um respaldo político para que a economia erva-teira se desenvolvesse no Paraná, dessa maneira, temos uma consolidação de uma elite que era tanto econômica como política

Durante os primeiros anos provinciais, até a Guerra do Paraguai, esses burgueses, no campo político, tinham que discutir questões como a concorrência externa da exportação de seu mate, e das grandes taxações sobre a erva: Essa fração tornou-se um grupo forte de pressão, enviando vários abaixo assinados à Assembleia Legislativa Provincial e/ou ao Presidente da Província, encabeçados sempre pelos maiores e mais influentes exportadores de mate do período: Barão do Serro Azul, Visconde de Nácar, Francisco Fontana, Guilherme Xavier de Miranda e Manoel Miró. Alegavam sempre ser a erva-mate o principal produto paranaense exportado, sendo essa economia a fonte de riqueza do Paraná. Reivindicavam maior atenção das autoridades para os problemas que a economia do mate enfrentava, apontando suas causas e as possíveis soluções. Isso evidencia o surgimento dessa fração da classe dominante – industriais exportadores de mate - do período provincial e da sua luta por seus interesses específicos (Valani, 2010, p.18).

A atividade política dessa burguesia buscava exercer influência na Assembleia Legislativa, tanto por meio de representantes próprios quanto pelo apoio do presidente provincial, para que as políticas públicas fossem favoráveis a seus ideais. A economia de erva-mate, no entanto, estava sempre sujeita à questão política, fosse ela externa como a disputa com o Paraguai, que influenciou a exportação paranaense, fosse a política interna, na qual a elite produtora precisava se mobilizar.

Tendo isso em vista, analisa-se a estrutura política estabelecida pelos paranaenses e sua relação com a produção e exportação da erva-mate. No aspecto político geral, o período imperial do Brasil tinha dois partidos principais como expoentes da ação política: o Conservador e o Liberal:

Especificamente, o partido liberal teria surgido da institucionalização de grupos defensores das leis descentralizadoras, e o conservador, a partir de 1840, acompanhou o movimento de supressão das conquistas liberais. Ambos os partidos tinham como referências seus líderes, personalidades políticas, como a da figura de Bernardo Pereira de Vasconcelos, do partido conservador (Alves, 2014, p.32).

Na recém-emancipada província do Paraná, temos exemplos de profissionais liberais ligados ao setor econômico da erva-mate, entretanto, as grandes famílias influentes no ramo erva-teiro, e

detentora dos maiores números de exportação do erva-mate no Paraná, em grande parte, eram integrantes do Partido Conservador:

(...) o partido conservador representava os interesses das famílias comerciantes e daqueles envolvidas com a produção e comercialização da erva-mate, a “burguesia industrial e comercial”. ‘A preocupação desse agrupamento político era estabelecer sua supremacia econômica e livrar-se dos entraves jurídicos impostos pelos bacharéis dos Campos gerais, que monopolizaram a atuação administrativa da província do Paraná desde sua fundação’ (Alves, 2014, p.33).

Para analisar a força política desse partido, serão demonstrados alguns resultados de eleições e o que eles significaram para os conservadores e sua atuação política no Paraná.

A primeira eleição para Senador no Paraná ocorreu em 1854. O sistema eleitoral estava organizado segundo os preceitos gerais da Constituição de 1824 e o respectivo Ato Adicional de 1834, que consagravam um sistema de eleições indiretas (Balhana, 1969, p.144).

Havia 135 eleitores que deveriam selecionar três nomes dentre os oito candidatos. Os três mais votados entravam em uma lista que chegaria até D. Pedro II para que o Imperador fizesse sua escolha. Entre os candidatos, apenas dois eram conservadores, e um deles esteve entre os três mais votados:

E o terceiro melhor votado, coronel Modesto Gonçalves Cordeiro, era natural de Morretes, membro e líder do partido conservador desta região, ligado a Guarda Nacional, possuía engenho de erva-mate, e que junto com o baiano desembargador Agostinho Ermelino de Leão, residente em Paranaguá, representavam o litoral e este partido na disputa pelo senado (Alves, 2014, p.43).

No final das contas, Modesto Gonçalves acabou indo para a tríplice lista, não foi escolhido pelo Imperador, que optou pelo liberal Antônio Cândido Ferreira de Abreu.

Já na primeira eleição para um deputado que iria compor a Assembleia Legislativa Geral, os eleitores deveriam escolher apenas um candidato dos quatro disponíveis. Dois deles eram do partido liberal, mas o resultado para o partido conservador foi diferente:

O vitorioso foi o Dr. Antonio Cândido Ferreira de Abreu. Jovem advogado, 31 anos, juiz municipal em Curitiba. Era genro de Manoel Antonio Guimarães, grande proprietário, comerciante e industrial do litoral paranaense, do partido conservador. Guimarães, seu sogro, já era um político experiente, sendo deputado por São Paulo, representando a região de Paranaguá. A vitória de Ferreira de Abreu é uma vitória estratégica do partido conservador e do litoral paranaense, com um cidadão residente e com profissão em Curitiba. O interessante é que em 1888/89, no final do Império, quem estará como deputado geral no Rio de Janeiro será Manoel Antonio Guimarães, já com o título de Visconde de Nácar (Alves, 2014, p.44).

A situação, então, foi mais favorável para os conservadores. Mesmo que o vencedor, Antonio Cândido Ferreira de Abreu, não estivesse totalmente interligado com as questões mateiras, a importância dessa vitória para o partido foi muito significativa.

As duas eleições citadas até aqui decorreram em 1854. No ano seguinte, ocorreu a formação da primeira Assembleia Legislativa da Província do Paraná. O resultado foi a eleição de 20 deputados paranaenses, além de seis suplentes. Essa eleição foi fundamental para a consolidação do sistema político local como prática social, pois o domínio de pequenos grupos familiares com interesses econômicos específicos foi o formato que se manteve na província até a destituição da monarquia no Brasil.

Nessa composição, o partido conservador e os representantes dos interesses da erva-mate tiveram relevância. Destacam-se os seguintes conservadores: o deputado mais votado, José Mathias Gonçalves Guimarães, e o litorâneo Manoel Leocádio de Oliveira. Em termos gerais, “Dividindo arbitrariamente estes deputados entre as duas grandes fontes de renda da província do Paraná, erva-mate e tropeirismo, pode se dizer que havia um equilíbrio entre eles de 10 deputados para cada segmento econômico” (Alves, 2014, p.59).

Até este ponto, tratou-se da empolgação em torno do sucesso da economia mateira no Paraná e de sua expressão política, a partir da participação dos grandes exportadores no Partido Conservador. É importante salientar, contudo, que havia uma preocupação por parte dos políticos locais em relação a esse setor econômico tão promissor. Embora os números demonstrassem que a exportação havia

crescido, a qualidade da erva-mate paranaense ainda era tida como inferior à de seus concorrentes. No relatório de 1854, o presidente da província, Zacarias de Góes e Vasconcellos, afirmava o seguinte:

Ora, em grande mercado de Buenos Aires e Montevidéu a erva de Paranaguá vai achar uma concorrência temível na erva de Paraguai e na de Missões, que ali sempre desfrutarão melhor preço por sua superior qualidade, a qual as torna procuradas para consumo das cidades, ao passo que a de Paranaguá gasta-se na campanha... (Vasconcellos, 1854, p.68).

Verifica-se a preocupação com a concorrência da erva-mate paranaense com a do Paraguai e até mesmo com a erva produzida nas Missões argentinas. Vasconcellos deixa claro em seu texto que, por ser de qualidade inferior em comparação às outras, a erva da província sofria com os preços.

É possível notar também que, para enfatizar esse contexto desfavorável, o autor utiliza o termo “temível”. Com isso, ele expressa que, embora a situação da erva-mate paranaense fosse otimista em relação aos seus números, era preciso melhorar a qualidade do produto para sofrer menos com a concorrência. Portanto, mudanças eram necessárias, como o aumento do combate à falsificação da erva. Esse desconforto presente na fala do presidente se mantém, e podemos dizer que a parte crucial no discurso de Vasconcellos está presente neste trecho:

Expulso assim da cidade para o campo, e achando na sua própria inferioridade e baixos preços meio de agradar a consumidores de gosto menos apurado, a posição do mate da província no Rio do Prata, relativamente as ervas concorrentes, e já desvantajosa no presente, e muito mais pode ser- o no futuro (Vasconcellos, 1854, p.68).

É possível observar, então, que mais uma vez o presidente ressalta os pontos negativos da erva-mate paranaense, trazendo à tona tanto a inferioridade do produto quanto seu baixo valor de venda. Cabe, assim, a indagação sobre o porquê dessa preocupação, visto que os números da erva só cresciam na província.

Foi exposto anteriormente como o grande expoente político do Paraná em 1854, ligado às ações econômicas mateiras, estava em estado de alarde em relação a tal produção. Um dos pilares dessa situação desfavorável se dava por conta da falsificação da erva-mate.

Essa falsificação ocorria a partir da mistura da erva com plantas distintas além da própria adição de substâncias que fazia a erva não reagir como era necessário:

A falsificação da qual o mate era vítima consistia na mistura, junto ao produto autêntico, de galhos, pedras e ervas diversas [...] O principal resultado da prática da falsificação sistemática do mate era o descrédito que o produto sofria nos mercados consumidores (Cavalieri, 2004, p.972).

Este processo era tolerado por inúmeros proprietários por conta do menor valor que eles precisavam desembolsar para adquirir este produto:

A falsificação iniciava nas etapas de coleta, secagem e cancheamento, mas era tolerada por muitos proprietários de engenho que compravam a erva pagando um preço menor [...] Depois de beneficiada, era ainda mais difícil de perceber a fraude, atribuída à ganância dos produtores” (Gerhardt, 2013, p. 82).

Esse problema acabava ocorrendo em diversas etapas da produção e era inclusive fomentado pelos produtores, por poderem gastar menos na aquisição do produto. Logo, a fala negativa do presidente, anteriormente apresentada, foi utilizada para fundamentar e justificar sua ação para contornar essa questão: “O governo dará os regulamentos necessários para a cobrança deste imposto criando inspeção sobre a falsificação da erva-mate, impondo multas e penas aos falsificadores.” (Paraná, 1854, p.81). Como visto, essa ação era a promulgação de uma legislação que fosse rígida na inspeção, visto que o problema não estava apenas nos falsificadores.

A fiscalização seria mais severa, havendo também punições com multas cabíveis àqueles que compravam o produto alterado. “Todo aquele que vender erva-mate viciada com outra qualquer erva, será multado e obrigado a inutilizá-la.” (Paraná, 1854, p.30). Eram multados também os que trabalhavam com a erva-mate misturada:

A' mesma ficam sujeitos todos aqueles que comprarem a erva visivelmente viciada por alguma das causas supramencionadas, e no duplo os que fizerem encomendas de mate misturado com erva de natureza estranha (PARANÁ, 1854, p.138).

Além disso, existia um incentivo a denúncia dessas práticas, pois o valor da multa era revertido para os denunciantes e a câmara municipal (Gerhardt, 2013).

Os paranaenses também se preocupavam com a qualidade do produto, e essa legislação criada abriu as portas para o Presidente tomar atitudes que incrementassem o valor da erva-mate do Paraná. “Nos terrenos próprios nenhum fabricante cortará a erva pelo tronco, e sim desgalhará de modo que não deteriore a sua vegetação. Os infratores sofrerão a multa de 8 a 16U000” (PARANÁ, 1854, p.30). Sendo assim, o intuito do presidente Vasconcellos em ter criticado pontos específicos da erva-mate paranaense, era justificar as medidas tomadas para melhorar a qualidade da erva do Paraná, lutando principalmente contra a falsificação do produto.

Ao fim deste tópico, foi possível observar como a erva-mate evoluiu e se consolidou como pilar econômico na 5^a Comarca de São Paulo, tornando-se o artigo mais exportado. A partir dos interesses de seus residentes, que entravam em choque com o Governo central de São Paulo, a produção e a exportação da erva aumentaram e acabaram sendo decisivas para a consolidação do Paraná como província.

Além disso, foi possível perceber como a organização e a expressão política nessa província estavam totalmente interligadas com os interesses desse pilar econômico, já que muitos homens tradicionais, com nomes ligados à erva-mate, foram eleitos e ocuparam espaços políticos de relevância.

3.O INÍCIO DO CONFLITO E A ERVA-MATE

É importante iniciar este tópico com um ponto fundamental: a Guerra contra o Paraguai teve início com o aprisionamento do navio Marques de Olinda por parte dos paraguaios. A embarcação transportava o presidente da província de Mato Grosso, Carneiro de Campos.

Essa ação foi uma resposta à intervenção brasileira nas questões internas uruguaias, já que o Império brasileiro apoiava o Partido Colorado em detrimento do Partido Blanco, que por sua vez era ligado a Solano López:

A Chancelaria paraguaia comunicou ao governo britânico que o Paraguai, capturando o Marquês de Olinda, havia “respondido às hostilidades iniciadas pelo Brasil sem prévia declaração de guerra”, dando a entender, em evidente falsificação, que houvera um ataque brasileiro a alvo paraguaio. O governo imperial e a opinião pública brasileira consideraram a captura um ato traíçoeiro de pirataria (Doratioto, 2002, p.66).

Logo em seguida, houve a invasão da província de Mato Grosso por parte dos paraguaios em dezembro do ano de 1864:

Nos dias 22 e 24 de dezembro saíram, respectivamente, de Assunção e de Concepción, duas expedições militares para invadir Mato Grosso. A primeira, fluvial, era formada por cinco barcos a vapor e cinco outras embarcações menores, contando com 4200 homens — mil deles de cavalaria — comandados pelo coronel Vicente Barrios, cunhado de Solano López, tendo como objetivo inicial tomar o forte Coimbra. A segunda expedição, terrestre, era composta de cerca de 3500 homens, comandados pelo coronel Francisco Isidoro Resquín, e seguiu o trajeto Concepción-Bella Vista-Nioaque-Miranda-Coxim. Antes da partida da expedição fluvial, Solano López leu para os soldados uma proclamação em que afirmava terem sido estéreis seus esforços para manter a paz e que o Brasil provocava a guerra, devendo o Paraguai aceitá-la em nome da honra nacional e ‘dos mais caros direitos’ (Doratioto, 2002, p.99).

Tais fatos ocorreram apenas na década de 60 do século XIX, entretanto, essas preocupações referentes às posições estratégicas já haviam entrado nas pautas imperiais muito antes do estopim da Guerra da Tríplice Aliança. Em 1854, as questões de acesso estratégico já eram discutidas no Conselho de Estado:

Somente o Rio Paraná pode servir de comunicação para certas Nações com o Oceano. A República

do Paraguai não tem outra. Os imensos sertões da República da Bolívia, que possui sobre o Pacífico uma pequena tira de costa com um mau porto, somente podem comunicar-se com o Oceano e com as Repúblicas do Prata pelo Paraná [...] A Província de Mato Grosso separada da costa do Brasil por extensões imensas não tem outra saída fácil para o mar, senão pelo Paraná (Conselho, 1854, p.82).

É preciso pensar o lugar do Paraná nessa dinâmica estratégica. De fato, a região não era um campo neutro nesses embates políticos, primeiramente devido à sua posição geográfica, fazendo fronteira com a República do Paraguai e também com a Argentina. Além disso, o Paraná possuía, como visto, conflitos com o Paraguai no que se refere à produção e comercialização da erva-mate.

Durante a segunda metade do século XIX, a província paranaense tinha o interesse de criar uma via de comunicação direta com Mato Grosso. No Relatório Provincial de 1865, André Augusto de Pádua Fleury – presidente da Província – priorizou a construção da Graciosa, pois essa estrada não cumpria somente sua função de transporte, mas também possibilitava interligações fundamentais dentro e fora da província, com a Argentina e o próprio Paraguai:

“Vós todos conhecis os incessantes e infatigáveis esforços, os imensos sacrifícios dispendidos já pelos governos provinciais já pelo geral, para a construção da estrada da Graciosa, que foi julgada preferível às do Itupeva e do Arraial. Ela não é meramente uma comunicação provincial, senão o caminho interno e mais direto para as repúblicas vizinhas da Confederação Argentina e do Paraguay, e para a província de Mato Grosso, que não teria sido invadida tão facilmente, se os ensaios e explorações indicadas pelo Exm. barão de Antonina tivesse sido seriamente estudados, levando-se a efeito ou levantando-se mão de uma vez um projeto que há 20 anos dorme em verdadeiros paliativos” (1865, p.28).

As questões estratégicas apontadas são fundamentais para a compreensão da participação do Paraná na Guerra do Paraguai. De forma mais direta, o objetivo central desta pesquisa é demonstrar a relação entre a economia ervateira e as decisões de participação na guerra, além de discorrer sobre como ocorreu a convocação dos soldados da província do Paraná para o teatro de operações.

Tendo isso em vista, pode-se tratar diretamente do ano de 1865 e das decisões marcantes do Paraná na Guerra do Paraguai. Como já foi citado, o conflito teve seu estopim com a iniciativa paraguaia contra a província de Mato Grosso em 1864. É importante salientar que, mesmo no período inicial da Guerra, havia uma espécie de preconceito com o exército:

Neste período, tanto o Exército quanto a Armada (Marinha) sofriam um forte desprestígio popular, motivado em grande parte pela precariedade e violência do tratamento destinado aos soldados. Com o soldo estagnado desde 1825, o soldado em serviço alimentava-se apenas uma vez ao dia, o armamento era extremamente obsoleto, o tempo de serviço prestado era muito longo (Brito, 2011, p.75).

É necessário retomar essa situação pois, com esse cenário de descaso a convocação militar para o conflito poderia se tornar um problema, entretanto, também é de conhecimento que devido a euforia gerada nos primeiros meses de conflito:

Aproveitando-se de tal configuração, a primeira medida tomada pelo governo imperial foi mobilizar a população, principalmente homens aptos a pegar em armas para defender a nação... Para atrair a população indignada e com rompantes de patriotismo promulgou-se no dia 07 de janeiro de 1865 o decreto 3.371 criando os Corpos de Voluntários da Pátria (Brito, 2011, p.76).

Ou seja, a ação que o Império brasileiro se viu obrigado a tomar, diante de um quadro nada animador, foi criar esses corpos, promulgar decretos que beneficiassem quem se voluntariasse para poder conceber este conflito com as forças necessárias. Com isso, o Paraná acabou enviando contingentes de homens da 1^a linha, Voluntários da Pátria, porém não de seus Guardas Nacionais, visto que não havia uma obrigatoriedade promulgada em decreto para que os milicianos paranaenses fossem rumo ao teatro da Guerra.

Não foram só os Voluntários da Pátria que prestaram ao Brasil serviços de guerra ao lado das forças do exército. O Rio Grande do Sul, de acordo com os decretos de 1850 e 1857 mobilizou os seus Guardas Nacionais. O mesmo fez Mato Grosso. O Paraná não estava compreendido nas leis citadas. Não estava na primeira, porque a esse tempo ainda não existia. Não estava na segunda, porque o governo imperial

se esquecera da província nova. Mas o presidente da Província, ao iniciar-se a guerra, reclamou contra o esquecimento, e pediu que novo decreto fosse feito, mais amplo, incluindo o Paraná” (Carneiro, 1995, p.63).

Asso, antes mesmo de 1864, dois decretos já haviam sido promulgados, os quais tornavam obrigatória a mobilização de Guardas Nacionais de quase todas as províncias em caso de guerra. O primeiro decreto, de 1850, não incluía a região, que ainda não era uma província. No decreto de 1857, com o Paraná já emancipado, essa ausência se repetiu.

Por conta dessas ausências nos dois decretos, a elite política paranaense percebeu que a Guarda Nacional da província não teria a obrigatoriedade de ser mobilizada quando começou a convocação para a Guerra do Paraguai. Porém, essa elite desejava que os milicianos civis de sua província fossem enviados ao teatro de operações. E mesmo que, muito provavelmente, esses guardas viessem a ser convocados em decretos futuros, tropas foram organizadas a partir das ações do presidente Fleury. A questão é: por quê?

É necessário demonstrar como o principal fator que levou o Paraná a entrar na Guerra do Paraguai está relacionado com a economia mateira. Para isso, deve-se analisar a relação entre a Guarda Nacional e a política:

Todo esse procedimento não deixava de conter forte teor político, uma vez que a elite local utilizou a Guerra, desde o começo, para tentar impor a sua vontade, seja para angariar novos soldados, seja para retardar o envio dos praças. Nesse ponto a Guarda Nacional era fundamental, pois o seu capital político era justamente esse: sua capacidade de mobilizar homens (Brito, 2018 p.201).

Pretende-se aqui demonstrar que o ato de mobilizar os contingentes da Guarda Nacional foi influenciado pelo interesse da elite política local em diminuir a concorrência do Paraguai na exportação da erva-mate, uma vantagem que poderia ser obtida com o conflito.

Isso pode ser percebido com mais clareza pelo fato de que essa mobilização da elite foi capitaneada pelo presidente Fleury, um mato-grossense que estava no comando do Paraná nos anos decisivos do início da Guerra do Paraguai. Analisam-se, a seguir, as ideias presentes no relatório publicado por ele em março de 1865:

Até hoje os mercados do principal produto que exporta o Paraná são os do Prata e Pacífico, onde encontramos a erva do Paraguay; que nos opõe forte concorrência, ou por mais bem preparada, ou por ser de melhor qualidade do que a colhida e beneficiada nos municípios próximos ao litoral. Essa concorrência afrouxará com a guerra, que imos levar á Assumpção (Fleury, 1865, p.50).

Inicialmente, nota-se que Fleury faz referência à erva-mate paraguaia, o que demonstra que as atenções da elite paranaense estavam voltadas para seus rivais. Em seguida, percebe-se que se mantém o discurso de que o Paraná possuía um produto de pior qualidade ou com preparo inferior em relação ao de outros lugares, assim como observado anteriormente nas passagens de Vasconcellos, em 1854.

A frase de Fleury, “Essa concorrência afrouxará com a guerra, que imos levar a Assumpção”, é fundamental, pois o discurso do presidente coloca os brasileiros na posição de ataque na guerra. Nessa perspectiva, os próprios paranaenses também são compreendidos como agentes ativos no conflito. Porém, qual era o tamanho dessa concorrência para o Paraná? Dados das exportações da erva paraguaia, pouco antes do início da guerra, podem elucidar essa proporção:

López para imponerse en el mercado rioplatense bajó el precio de la yerba de exportación con lo que desplazaría a los yerbateros brasileños. En 1860, gracias a la producción colectiva en las estancias de “La Patria”, cuatro años antes de la guerra, producía 7 mil toneladas de tabaco, más de 10 millones de kilos de yerba mate y ya poseía 7 millones de cabezas de ganado vacuno para una población menor de un millón de habitantes” (Coronel, 2012, p.193)³.

³ A fim de ganhar uma posição no mercado do Rio da Prata, López baixou o preço da erva para exportação, deslocando assim os produtores brasileiros de erva-mate. Em 1860, graças à produção coletiva nas fazendas de "La Patria", quatro anos antes da guerra, produzia 7.000 toneladas de tabaco, mais de 10 milhões de quilos de erva-mate e já tinha 7 milhões de cabeças de gado para uma população de menos de um milhão de habitantes.

É notável como os números de exportação da erva-mate do Paraguai cresceram com a família López. Os dados do próximo quadro demonstram como essa concorrência pesava sobre os exportadores paranaenses: enquanto o Paraná teve uma média de exportação de quase 3.800 toneladas nos três primeiros anos da década de sessenta, o Paraguai ultrapassava a casa das 10.000 toneladas.

Tendo isso em vista, fica mais claro o interesse do presidente no início do conflito, pois este resultaria na diminuição da concorrência mateira do Paraguai, o que era de grande interesse para os produtores de erva-mate da província.

Quadro 3 - Exportação de erva-mate paranaense em toneladas no começo dos anos 60

Anos	Quantidade exportada em toneladas
1860	6.123
1861	4.441
1862	4.811

Fonte: KROETZ, Lando Rogério. As Estradas de Ferro do Paraná: 1880-1940

Observa-se que, no começo da década de sessenta do século XIX, o Paraná vinha em uma crescente na exportação de sua erva-mate. Contudo, já com os efeitos das políticas de López no Paraguai, a exportação paranaense decaiu em mais de 1.500 toneladas, mantendo uma média regular até o início da Guerra, quando teve seu maior aumento.

Dentro dessa parte do relatório, Fleury apresenta as falas de Lankester, que participou de uma exposição de produtos agrícolas em Londres, onde a erva-mate brasileira foi apresentada. Segundo Lankester, o produto ainda não era consumido de forma significativa na Europa, mas muitos estudos estavam sendo realizados sobre ele.

O ponto importante em sua fala é a afirmação de que transformar a erva-mate em uma bebida para os europeus seria de grande interesse para o Brasil. Ele conclui que, caso a erva agrade ao paladar europeu, as vendas seriam promissoras. Assim, o Paraná poderia se beneficiar muito ao ter um novo mercado para suas exportações, saindo na frente da concorrência, principalmente a do Paraguai.

Fleury vislumbra um futuro promissor a erva-mate paranaense, caso ações sugeridas tenham efeito:

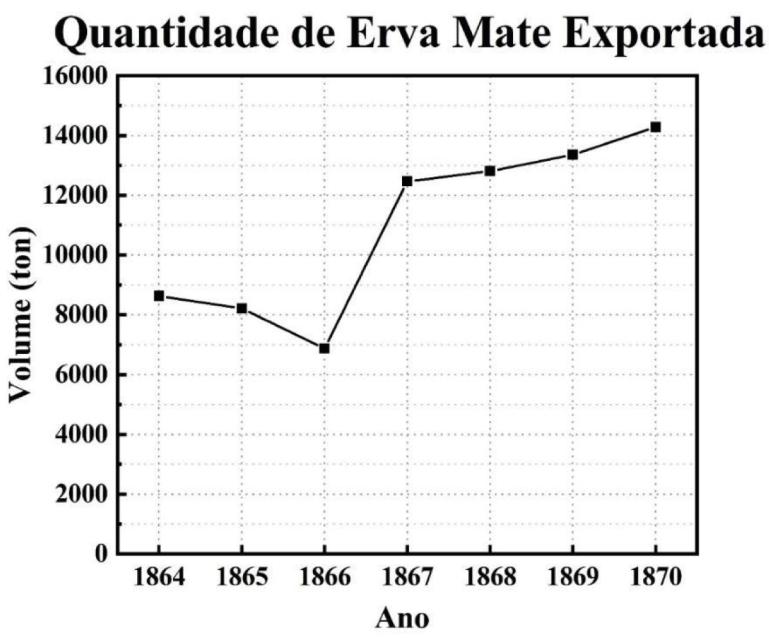
Sendo pois conveniente fazer conhecido o uso da erva-mate como bebida nas sociedades europeias; afim de obter a sua adopção e de aumentar o número de consumidores, tornando vasto o mercado deste primeiro gênero de exportação, apresentei-me em cumprir com o que foi ordenado à presidência, em aviso de 9 de Setembro, remetendo, como o fiz, a 25 de Novembro do ano findo, 50 latas de erva-mate, parte preparada no sistema adoptado para a exportação do Chile; e parte pelo sistema do fabrico do chá denominado Índia.

Possam estes constantes esforços da administração, acompanhados de maior zelo no benefício da erva, concorrer poderosamente para sua mais abundante exportação; e consequente prosperidade da província” (Fleury, 1865, p.51).

Fleury trouxe holofotes para a situação desfavorável da erva-mate paranaense em relação à erva paraguaia, a fim de justificar ações que atendiam aos interesses da elite política local. Tais ações incluíam não apenas as já citadas, mas também a própria mobilização de tropas da Guarda Nacional para o teatro da Guerra da Tríplice Aliança. Percebe-se a esperança no discurso do presidente quando ele se refere a um tempo futuro de prosperidade para a província. O motivo para tal otimismo era justamente a chegada da guerra, que trazia a possibilidade de desestabilização do principal concorrente e a eventual conquista do mercado europeu.

A seguir, os gráficos mostram as alterações da exportação do Paraná durante a Guerra. A maior oscilação negativa ocorre na virada de 1865 para 1866, pois, nesse período, a Tríplice Aliança sofreu sua pior derrota: a Batalha de Curupaiti.

Gráfico 3 - Variação da exportação ervateira paranaense durante a Guerra do Paraguai



Fonte: KROETZ, Lando Rogério. As Estradas de Ferro do Paraná: 1880-1940

Por outro lado, é perceptível a guinada positiva que a exportação da erva-mate paranaense deu a partir de 1867. Nesse ano, o terceiro do combate e já sob a liderança de Caxias, o Império conquistou importantes vitórias em confrontos de grande porte. Percebe-se, então, que, apesar de os primeiros anos do conflito não terem surtido efeitos positivos para os ervateiros paranaenses, foi a partir do sucesso do exército nacional que a exportação da erva-mate da província cresceu e se manteve em alta até o fim da Guerra.

Assim, no momento em que os soldados paranaenses se encontravam no campo de batalha, estavam também defendendo os interesses dessa economia, tornando-se, de fato, os "militares da erva-mate".

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como demonstrado ao longo deste estudo, a economia ervateira constituía um dos pilares fundamentais da província do Paraná. A tradição de produção e consumo da erva-mate, embora influenciada por práticas estrangeiras, desenvolveu-se gradualmente, consolidando-se como uma atividade econômica central. No entanto, por muitos anos, a erva-mate paranaense enfrentou a concorrência do produto proveniente da República Guarani, reconhecido por sua qualidade superior. Esse cenário de disputa comercial foi profundamente impactado pelo estopim da Guerra da Tríplice Aliança, que redefiniu as estratégias políticas e econômicas da elite paranaense.

A participação do Paraná no conflito, por meio do envio de soldados da Guarda Nacional, não foi motivada apenas por questões militares ou patrióticas, mas também por interesses econômicos. A guerra representou uma oportunidade para a província afetar diretamente a corrente dominante do mercado mateiro no Prata, buscando consolidar sua posição nesse lucrativo comércio. Essa intenção fica evidente nos discursos dos presidentes da província, em especial os de Fleury, que governou o Paraná durante os anos iniciais do conflito. Suas falas são marcadas por um tom de esperança e expectativa, projetando um futuro de benefícios econômicos para a erva-mate paranaense como resultado da guerra.

Conclui-se, portanto, que a província do Paraná desenvolveu uma dinâmica singular durante os preparativos e o desenrolar da Guerra do Paraguai. Por meio da análise de documentos paranaenses, foi possível demonstrar que as disposições políticas e sociais da província estavam intrinsecamente ligadas às questões econômicas relacionadas à erva-mate. A guerra, nesse contexto, não foi apenas um evento militar, mas também um catalisador para a reafirmação dos interesses econômicos e políticos do Paraná no cenário regional e internacional.

FONTES PRIMÁRIAS

ESTADO, Terceiro Conselho de. *Atas do Conselho do Estado Pleno*. 1850-1857 Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/anais/atas-do-conselho-de-estado/> Acesso em: 21 Fev. 2025

FLEURY, André. *Relatório do presidente da Província do Paraná*. Curitiba. 1865. Disponível em: <https://www.administracao.pr.gov.br/ArquivoPublico/Pagina/Leis-e-Decretos-da-Administracao-Provincial/> Acesso em: 21 Fev. 2025.

FLEURY, André. *Relatório do presidente da Província do Paraná*. Curitiba, 1866. Disponível em: <https://www.administracao.pr.gov.br/ArquivoPublico/Pagina/Leis-e-Decretos-da-Administracao-Provincial/> Acesso em: 21 Fev. 2025.

IBGE. *Quantidade e valor da exportação de erva-mate — (1931-87) - (1988-99)*. 2007. Disponível em: <https://seculoxx.ibge.gov.br/economicas/tabelas-setoriais/agropecuaria> Acesso: 20 Fev 2025.

Leis e Decretos da província do Paraná. Curitiba. 1854. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/> Acesso em: 01 Nov. 2023.

VASCONCELLOS, Zacarias. *Relatório do presidente da Província*. Curitiba. 1854. Disponível em: <https://www.administracao.pr.gov.br/ArquivoPublico/Pagina/Leis-e-Decretos-da-Administracao-Provincial/> Acesso em: 21 Fev. 2025.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Alessandro Cavassin. *A Província do Paraná (1853-1889): A classe política. A parentela no governo*. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba.

ASSUNÇÃO, Jorge D. Koselleck, a história dos conceitos e as temporalidades. *Araucaria*, v. 18, n. 35, p. 41–53, 2016.

BALHANA, Altiva. *História do Paraná*. Curitiba. Paraná Cultural, 1969.

BENTIVOGLIO, Julio. A história conceitual de Reinhart Koselleck. *Dimensões*, n. 24, 2010.

BRITO, Edilson Pereira. *A serviço da pátria: o recrutamento militar na Província do Paraná durante a Guerra do Paraguai (1865–1870)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

_____. *Os soldados da Guarda Nacional na Província do Paraná: trabalho, recrutamento e cidadania, 1853-1888*. 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

CARNEIRO, David. *O Paraná na guerra do Paraguai*. Curitiba? Fundação Cultural, 1995.

CASAL, Manuel Aires de. *Corografia brasílica*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1817. p. 80; 109.

CAVALIERI, Marco Antonio. Como o Paraná bebeu o mate: um ensaio sobre o desenvolvimento regional sob atividade ervateira. In: ENCONTRO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA, 2., 2004, Niterói. *Anais...* Rio de Janeiro: ABPHE, 2004. p. 956–975.

CORONEL, Bernardo. Paraguay, la vanguardia capitalista del siglo XIX. In: VILLARGA, Luis Rojas. *Proceso Histórico de la economía paraguaya. Secretaria Nacional*. 2012.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FERRER, Francisca. *O recrutamento militar na Guerra do Paraguai: voluntariado e coerção*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

FILHO, Francisco Magalhães. Evolução histórica da economia paranaense. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 87, p. 131–148, jan./abr. 1996.

FREITAS, Gustavo Gordo de. *A percepção dos oficiais da marinha sobre a Guerra do Paraguai: uma análise de conteúdo a partir da revista Navigator*. 2024. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2024.

GERHARDT, Marcos. *História ambiental da erva-mate*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

GREGÓRIO, Vitor Marcos. A emancipação negociada: os debates sobre a criação da Província do Paraná e o sistema representativo imperial (1843). *Revista Brasileira de História*, v. 35, n. 69, p. 319–341, 2015.

IZECKSOHN, Vitor. Guerra do Paraguai e a unificação argentina: uma reavaliação. *História Unisinos*, v. 21, n. 3, p. 365-377, 2017.

JUNIOR, Claudio Kapp; ZARPELLON, Felipe Rafael; DALAZEN, Luciano Luiz; SOUZA, Alceu. A cultura da erva-mate (*Ilex paraguariensis*) em sistema de cultivo convencional e orgânico como alternativa de renda ao pequeno proprietário rural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 2017. *Anais...* [S. l.]: ABC, 2017. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/4284>. Acesso em: 10 jul. 2025.

KOSELLECK, Reinhart. História dos conceitos e história social. In: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro-passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2012.

MENEZES, Alfredo. *Guerra do Paraguai: como construímos o conflito*. Cuiabá: EdUFMT, 1998.

NAKAYAMA, Eduardo. A Fortaleza de Humaitá. *Navigator*, v. 14, n. 27, p. 11–18, 2018.

OLIVEIRA, Marisa Correia de. *Estudo da erva-mate no Paraná (1939–1967)*. 1974.

PERCIO, Aron et al. Projeto de soque de erva-mate. *Anais da Engenharia Mecânica*, v. 1, n. 1, p. 94–109, 2017. Disponível em: <https://uceff.edu.br/anais/index.php/engmec/article/view/82>. Acesso em: 12 abr. 2023.

PRIORI, Angelo et al. *História do Paraná: séculos XIX e XX* [online]. Maringá: Eduem, 2012. Capítulo: *A emancipação política do Paraná*, p. 15–22. ISBN 978-85-7628-587-8.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

VANALI, Ana Christina. *Política econômica ervateira: análise da legislação provincial para a economia ervateira no Paraná (1854–1889)*. 2010. Monografia (Especialização em Sociologia Política) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

VAS, Braz Batista. *O final de uma guerra e suas questões logísticas: o conde D'Eu na guerra do Paraguai (1869-1870)*. 2011.